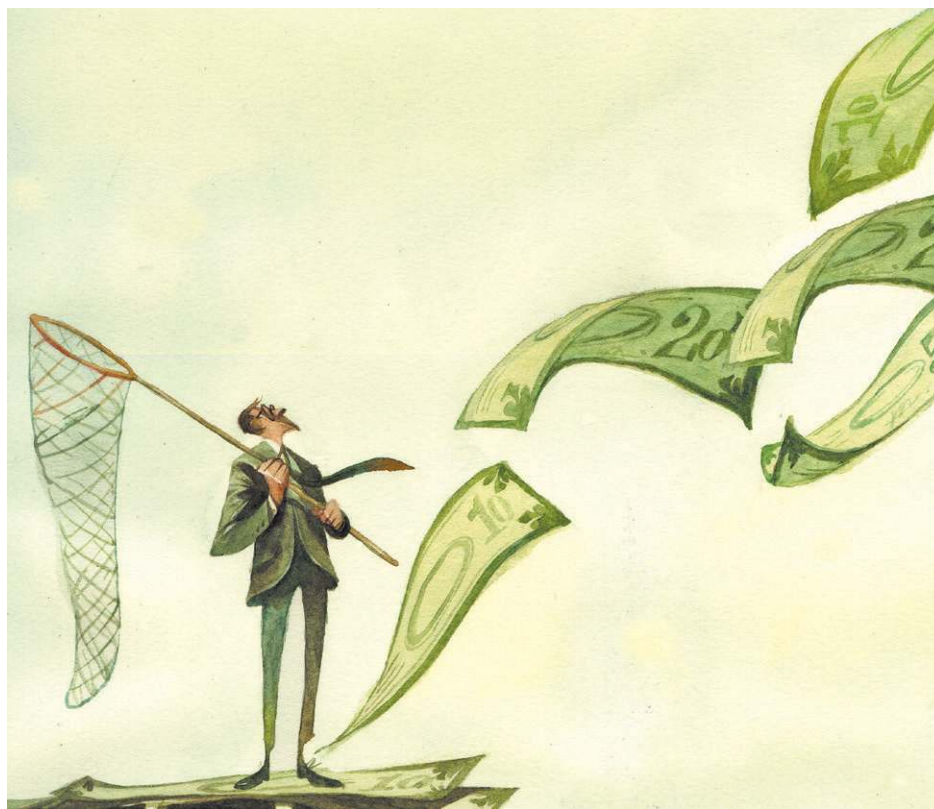


DENISE ROTHENBURG
deniserothenburg.df@dabr.com.br

A briga por dinheiro de 2023 já começou

O parecer do senador Arthur do Val (Podemos-ES) à proposta da Lei de Diretrizes Orçamentárias do próximo ano não deixa dúvidas de que os parlamentares que hoje dominam o Orçamento e as emendas de relator querem manter tudo amarrado para não perder esse poder no ano que vem. Seja quem for o presidente da República, a ideia é aprovar, ainda antes do recesso, a obrigatoriedade de liberação das emendas de relator, as RP9, com empenho e pagamento. O mesmo vale para aqueles que terminaram no balaio de restos a pagar, ou seja, aquelas emendas que o governo empenhou, mas não conseguiu liquidar.

A “amarrão” do Orçamento, porém, não será tão tranquila. O PT de Lula já disse que não quer saber das RP9 obrigatórias. À exceção



do presidente Jair Bolsonaro, que já convive com essas emendas, os demais candidatos querem ter algum recurso para empreender seus projetos. Os mais agraciados pelas RP9 vão defender a proposta. Resta saber se a maioria dos parlamentares vai aceitar. É a largada da primeira temporada de briga pelo dinheiro de 2023.

Quem sofre não esquece

O senador Reguffe terá dificuldades de recursos do União Brasil para a sua campanha ao governo do Distrito Federal. No dia em que Luciano Bivar lançava sua pré-candidatura ao Planalto, Reguffe não só faltou ao evento em Brasília, como postou em suas redes sociais uma foto com a pré-candidata do MDB, Simone Tebet. Os aliados de Bivar viram como uma provocação e agora dizem, nas internas, que o partido tem outras prioridades.

TCU na roda política

O Tribunal de Contas da União julga esta semana as contas do governo Bolsonaro de 2021. Uma parte da base governista pretende usar essas contas, que tendem a ser aprovadas, para reforçar o discurso de que não há corrupção do governo.

Foi só o começo

As informações que chegaram a alguns governistas mencionam mais de mil horas de gravações dentro da operação “Acesso Pago”. Haja calma para relaxar a tensão de alguns personagens.

Aliviou legal

O decreto que determina parecer da AGU sobre ações em ano eleitoral foi visto por aliados do presidente como “o discurso que faltava”. Agora, tudo o que for feito pelo presidente em ano eleitoral, poderá ter o “fez porque a AGU autorizou”.

CURTIDAS

Semana decisiva/ A três semanas do recesso parlamentar, o governo calcula que, se vencer os obstáculos esta semana, estará a meio caminho de segurar qualquer investigação e conseguir respirar melhor. Os próximos dias são de decisão para a CPI da Educação e para a PEC dos Combustíveis, que deve incluir os vouchers para dar uma aliviada no preço dos combustíveis e do gás para quem mais precisa.

Rio, Minas.../ Esse será o foco do ex-ministro da Defesa Braga Netto, que está a poucos dias de ser oficializado candidato a vice na chapa com o presidente Jair Bolsonaro. O Rio de Janeiro, embora seja o berço político de Bolsonaro, entrou na roda porque Braga Netto tem em seu currículo o título de interventor na área de segurança do estado durante o governo Michel Temer. Minas Gerais entra na roda porque o general nasceu lá. A avaliação dos bolsonaristas é a de que tem tudo para ajudar a somar alguns votos no segundo maior colégio eleitoral do país.

... Exército e empresários/ Em relação aos militares, não deixa de ser um prestígio à caserna, mas a avaliação da ala política é a de que não faz muita diferença. Quanto aos empresários, o que ajuda é uma política econômica clara.

Conta outra/ A história de o PT abrir mão da reeleição de Fernando Haddad, caso o petista seja eleito governador de São Paulo, para apoiar Márcio França em 2026 é vista no PSB como o “canto da sereia”. Não é por aí que haverá acordo.

Klara Castanho/ Toda a solidariedade à jovem atriz que viu sua vida e suas dores expostas sem dó. Jornalismo se faz com informação e respeito.

LEGISLATIVO / Versão final do projeto da LDO de 2023 assegura ao presidente da Câmara o controle sobre as emendas do relator, sem a possibilidade de contingenciamento pelo Executivo. Proposta atende ao interesse de Arthur Lira (PP-AL)

Relator garante emenda RP9

» CRISTIANE NOBERTO

Alvo de muita controvérsia, as emendas de relator-geral (RP9), conhecidas como “orçamento secreto”, se tornaram impositivas no relatório final do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2023. A medida beneficia, especialmente, o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), que pretende continuar no cargo mesmo se houver um novo ocupante no Palácio do Planalto em 2023. Isso porque as RP9 estão sob controle do líder do Legislativo.

Atualmente, a verba destinada a esse tipo de emenda pode ser contingenciada pelo governo federal. Apenas as emendas individuais e de bancada são impositivas. Se aprovado o relatório na Comissão Mista de Orçamento (CMO), o Congresso decidirá se elas serão obrigatoriamente incluídas nas previsões do orçamento do exercício de 2023.

Arthur Lira é próximo ao governo do presidente Jair Bolsonaro (PL), e poderá ter sua reeleição na Casa quase como certa se o atual chefe do Executivo conseguir um segundo mandato. Contudo, ainda que outro ocupe a cadeira no terceiro andar do Palácio do Planalto, ainda há um grande montante de dinheiro para o alagoano liberar este ano e barganhar o cargo no ano que vem com os deputados.

Neste ano, o valor destinado a essas emendas foi de R\$ 16,5 bilhões, dos quais, R\$ 5,8 bilhões já foram utilizados pelos senadores e deputados. Contudo, quanto e onde foram alocados esses recursos ainda é nebuloso, pois os parlamentares não informam de forma correta.

Para amenizar as críticas sobre o orçamento secreto, o relator

do PLDO, senador Marcos do Val (Podemos-ES), ensaiou um movimento em favor da transparência no manejo de recursos públicos. O relatório prevê a divulgação, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e na Plataforma + Brasil, dos beneficiários das emendas RP9 e do parlamentar solicitante.

“Se as RP9 tornaram-se transparentes, se estão previstas em resolução, se já estão consolidadas, os municípios devem ser efetivamente beneficiados, independentemente do arbítrio do governo e da filiação partidária de quem as propôs. Não adianta torná-las transparentes se não chegarem aos municípios”, declarou Do Val.

Mesmo assim, a oposição pretende barrar o dispositivo ainda na CMO. Membro titular do colegiado, o deputado Bira do Pindaré (PSB-MA) afirmou que os partidos contrários às emendas farão o possível para barrar a previsão na lei. “Certamente, fecharemos questão contra o Resultado Primário 9 (RP9) por uma razão muito simples. A prerrogativa da impositividade é dada para as emendas individuais e de bancada, contemplando igualmente os 513 deputados, os 81 senadores e as 27 bancadas. Logo, não há razão para ferir a isonomia e concentrar essa prerrogativa em apenas um parlamentar, que, ocasionalmente, estará como relator geral na fase de elaboração e aprovação da Lei Orçamentária”, argumentou o parlamentar. “Não há sentido algum em concordar ou ser favorável à RP 9; e isso independe do presidente que for eleito”, acrescentou.

Emendas Pix

O relatório final do PLDO também prevê mecanismos de

Minervino Júnior/CB/D.A.Press



Senador Marcos do Val (Podemos-ES), relator do PLDO: tentativa de dar transparência ao orçamento

controle sobre transferências especiais diretamente aos caixas das prefeituras, que ocorrem sem a necessidade de detalhar a finalidade. O dispositivo ficou conhecido como “emendas pix” e corresponde a R\$ 3,3 bilhões das emendas individuais deste ano. Os pedidos não têm finalidade definida e dispensam a realização de um convênio ou apresentação de projeto.

“De nada adianta a rapidez do repasse do Tesouro Nacional para o caixa do município ou do estado se não houver um mínimo de garantia de que tais recursos sejam de fato aplicados”, disse Do Val.

Segundo o relatório do PLDO, o Executivo local tem a

obrigação de comunicar à Câmara de Vereadores ou à Assembleia Legislativa, no prazo de 30 dias, o valor do recurso recebido e seu plano de aplicação. Caso os recursos não sejam aplicados durante o período orçamentário previsto, deverão retornar aos cofres da União até janeiro do próximo ano.

Também há permissão de se repassar verbas para a iniciativa privada no caso de construção, ampliação ou conclusão de obras estaduais ou municipais. Ainda há previsão de repasses a municípios com até 50 mil habitantes que estejam inadimplentes ou atrasados com pagamentos ao governo federal.

Segurança pública

A proposta de Do Val ainda garante prioridade ao funcionalismo público, em especial às categorias de segurança pública. Ela prevê reajustes e reestruturação de carreiras, em 2023, para Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e Polícia Penitenciária, além das polícias Civil e Militar e Bombeiros militares do Distrito Federal.

Ao todo, foram apresentadas 2.339 emendas ao relatório do PLDO, que foi entregue no dia 26, das quais 1.224 foram aprovadas integral ou parcialmente. A expectativa é de que o relatório seja votado até a semana que vem na CMO e, depois, encaminhado ao Plenário do Congresso.

Economia na pauta

A Câmara dos Deputados pode votar hoje a Medida Provisória 1106/22, que autoriza a concessão de empréstimo consignado aos beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e do Auxílio Brasil, além de ampliar para 40% o percentual da renda que pode ser destinada a essa modalidade de empréstimos. A sessão do Plenário está marcada para as 13h55.

Os parlamentares também poderão discutir mudanças nas relações de trabalho. Estão na pauta a MP 1108/22, que regulamenta o teletrabalho e muda regras do auxílio-alimentação; e a MP 1109/22, que institui medidas trabalhistas alternativas para vigorar durante estado de calamidade pública decretado em âmbito nacional, estadual ou municipal reconhecidos pelo governo federal.

Outro item da pauta do plenário é o projeto que cria as loterias da Saúde e do Turismo (PL 1561/20). A proposta foi aprovada pela Câmara em maio do ano passado e foi alterada durante a tramitação no Senado. Os deputados precisam analisar as modificações feitas pelos senadores.

Na quinta-feira, a pauta econômica ainda estará em foco. A Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços realizará audiência pública para discutir “a política de reajuste e a desvalorização atual do salário mínimo”. O requerimento é do deputado Zé Neto (PT-BA) (Agência Câmara).